



A. Estado, Poderes e Sociedade

B. Estruturas Produtivas, Trabalho e Profissões

C. Educação e Desenvolvimento

D. Território, Ambiente e Dinâmicas Regionais e Locais

E. Cultura, Comunicação e Transformação dos Saberes

F. Família, Género e Afectos

G. Teorias, Modelos e Metodologias

Sessões Plenárias

“VERDES SÃO OS CAMPOS”... A QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL DO MUNDO RURAL

*Elisabete Figueiredo**

Resumo

Esta comunicação pretende constituir-se apenas como um contributo para uma reflexão teórica em torno da problemática do Espaço Rural como reserva de qualificação ambiental. Pretende-se demonstrar a passagem (e as transformações subjacentes) do Espaço Rural como reserva moral e cultural a reserva ambiental, salientando as múltiplas articulações existentes entre estas funções.

Pretende-se, assim, dar conta das transformações ocorridas no Espaço Rural que conduziram a uma diferente percepção social deste espaço, que passou de espaço produtor de alimentos a espaço cada vez mais entendido e valorizado (sobretudo pelos residentes não rurais) como “guardião” do ambiente natural.

Como é salientado por alguns autores, os residentes rurais (particularmente aqueles que se encontram ligados à actividade agrícola) desenvolvem frequentemente uma percepção de tipo “utilitário” face ao ambiente, enquanto que os residentes urbanos, por oposição, tendem a perceber e a avaliar o ambiente e a qualidade ambiental de um ponto de vista “apreciativo” e “estético”.

Esta diferença de percepções e qualificações, correspondentes atitudes e práticas associadas, parece contribuir para o surgimento de uma nova dicotomia rural/urbano que se sobrepõe às tradicionais oposições baseadas em aspectos produtivos e culturais (V.G. a dicotomia Agricultura/ Indústria ou a dicotomia Tradicional/Modernidade) e que vale a pena analisar com alguma atenção.

Introdução

Existe actualmente alguma dualidade quanto aos sentimentos e atitudes dominantes de grande parte dos indivíduos em relação ao mundo rural. Por um lado constata-se a valorização desse mundo, como um refúgio, como último elo de ligação à natureza (particularmente por parte dos residentes urbanos), e por outro observa-se a descoincidência entre esta valorização e as práticas frequentemente negativas desenvolvidas face ao ambiente em meio rural.

A questão da protecção e preservação da sociedade rural e do seu ambiente é hoje colocada a vários níveis como uma questão essencial, não apenas em termos da sua própria sobrevivência, mas em termos da sobrevivência da sociedade como um todo. Sendo essencial, a questão não é, todavia, pacífica. Efectivamente, estamos perante uma problemática bastante complexa, susceptível de colocar em confronto uma vasta e diferenciada série de interesses, necessidades e aspirações de vários agentes sociais e económicos, instituições e entidades oficiais.

A questão do mundo rural como reserva ambiental a preservar coloca igualmente os problemas da definição do que é o “bem comum” e da legitimidade das acções institucionais (exteriores ao mundo rural) de preservação que são muitas vezes implementadas sem atender às populações locais. Dentro deste quadro complexo, preenchido por interesses e necessidades divergentes, torna-se importante reflectir sobre alguns aspectos.

Em primeiro lugar, como é que o mundo rural adquiriu maior significado e importância social como “guardião” da qualidade ambiental?

Em segundo lugar, como compreender e tipificar as várias atitudes e interesses (de rurais, de urbanos e do Estado) em relação a essa nova função do mundo rural?

Finalmente, que tipo de consequências ocorrem, para as áreas rurais, da crescente valorização social de que são alvo, sobretudo devido à sua qualidade ambiental?

Mais do que dar resposta a estas questões, pretende-se contribuir para a sua discussão.

O mundo rural em transformação: de produtor de alimentos a guardador de paisagens

Nos últimos anos tem crescido o reconhecimento de que a sociedade rural é um valor a preservar em benefício da sociedade entendida globalmente, tendo em linha de conta as várias dimensões e oportunidades que aquela possui (para além da função tradicional de espaço produtor de alimentos e de matérias-primas, as dimensões de espaço de recreio e lazer, de conservação de certas tradições culturais, de preservação do ambiente natural...). A este reconhecimento subjaz a noção de que *“as áreas rurais não são apenas locais em que as pessoas vivem e trabalham, mas desempenham funções vitais para a sociedade como um todo”* (CCE, 1988) que, por sua vez, tem origem no processo multivariado de transformações sofridas pelo mundo rural.

Temos observado que, ao longo de várias décadas, o Espaço Rural foi marginalizado, integrado e valorizado, correspondendo estas fases, primeiro, a uma situação dicotómica (sendo o rural definido por oposição a urbano, o seu negativo), depois a uma situação de “continuum” (que, em termos práticos, continuou a demarcar os dois espaços) e, finalmente, nos dias de hoje a uma situação de valorização até aqui não experimentada — a descoberta dos espaços rurais como reservas de heranças culturais e sociais únicas (v.g. CCE, 1988; FIGUEIREDO e ROSA PIRES, 1992; FIGUEIREDO 1993, 1994 e 1995a e b; OCDE, 1993).

A estas diferentes fases que, sobretudo se relacionam com momentos diversos de análise e abordagem, correspondem diferentes percepções sociais do mundo rural, que, no campo das representações, passam do entendimento do mundo rural como a “negação da modernidade” pelo apego às tradições, para o entendimento desse mundo como “herança a preservar”, paradoxalmente devido a esse mesmo apego às tradições e à perpetuação do modo de viver camponês e rural.

As transformações do mundo rural, inscritas no movimento de mutação mais vasto da sociedade entendida globalmente, vieram colocar em causa a validade das explicações dicotómicas e, mesmo daquelas assentes no “continuum” rural /urbano (v.g. FIGUEIREDO, 1995a). De facto, foi possível encontrar muitas descontinuidades no “continuum”, descontinuidades que se manifestam no facto de muitas áreas rurais terem sido completamente ultrapassadas ou deixadas à margem do processo de integração rural-urbano e se encontrarem hoje em acentuado declínio.

Estas descontinuidades permitem também fazer algumas observações fundamentais. Em primeiro lugar, a observação de que as áreas rurais, embora possam partilhar algumas características comuns, reagem de formas diversas às mudanças e apropriam-se delas de modos distintos. Se, por um lado, isto acontece porque as mudanças não ocorrem em simultâneo em todas as áreas rurais, por outro lado, isto verifica-se porque as áreas rurais não são meros receptáculos dos impulsos de modernização externos, mas possuem em si mesmas capacidades de reacção e adaptação (selectivas) a esses impulsos. Essa capacidade decorre do facto de as áreas rurais apresentarem especificidades e relações sociedade-espaço-natureza com diferentes configurações, o que também conduz à existência de capacidades diversas.

As descontinuidades provocadas pela expansão da urbanização e industrialização originaram movimentos a favor da preservação da sociedade rural, em oposição a um processo de desenvolvimento que propunha (impunha?) a massificação da sociedade e a degradação de certos valores culturais, sociais e ambientais. Desta forma, começa a entender-se a ruralidade como sinónimo de “reserva cultural e moral” (v.g. CHAMBOREDON, s.d.), e, já não a ruralidade como sinónimo de uma condição concreta de oposição ou marginalização relativamente ao processo de modernização da sociedade, mas antes como sinónimo de uma noção mais abstracta que remete para um conjunto de diferentes modos de relação entre os indivíduos. Evidentemente, o advento desta nova concepção do mundo rural e da ruralidade decorre mais da percepção social que as populações urbanas têm desse espaço do que da percepção que a população rural tem de si mesma e da área onde vive (v.g. FIGUEIREDO, 1994). O emergir desta imagem social do espaço rural parece traduzir-se numa nova dicotomia, agora ao nível das representações, entre modos de vida e sistemas de organização social rurais e urbanos, sendo agora os primeiros mais valorizados relativamente aos segundos, valorização que radica sobretudo na percepção de uma das suas mais marcantes características — a relação mais directa com uma natureza que se julga “mais intacta”, mas também do facto de a sociedade rural ser ainda entendida como o local privilegiado da comunicação interpessoal com carácter mais intenso e duradouro, uma sociedade de interconhecimento, um espaço de múltiplas solidariedades.

De espaço que, num primeiro momento se diferenciava e se definia pela sua função de produtor de alimentos, a espaço que era integrado no modelo de desenvolvimento de natureza urbano-industrial de acordo com a sua capacidade produtiva, o espaço rural é hoje entendido não apenas por essa sua função, mas sim, como referimos já, por todo um novo conjunto de capacidades e potencialidades (v.

g. O'CONNOR, 1991; OCDE, 1993).^[1]

O mundo rural parece funcionar cada vez mais, particularmente para os que o não habitam, como

uma reserva cultural importante. Adquire um valor simbólico que decorre, como já referimos, de algumas das características que tradicionalmente lhe são atribuídas e que funcionam como uma espécie de quadro de valores de referência para os indivíduos urbanos, uma espécie de reserva de memória do passado. Esta ideia do mundo rural como “reserva moral e cultural” é uma ideia relativamente recente e tem como face visível a crescente procura e consumo dos espaços rurais que se querem quase sempre *“imóveis e embalsamados (através da perpetuação das tradições, da criação de museus etnográficos...) porque os mais belos museus são aqueles em que as maquetes são realmente vivas e animadas, as reservas onde o passado camponês (e rural) e os camponeses do passado sobrevivem”* (CHAMBOREDON, s.d.).^[2]

Outro traço visível desta procura social do espaço rural é o advento das residências secundárias, da oferta de turismo rural, de “agro-turismo”, de “eco-turismo”.. e outras formas de frequência mais esporádicas e pontuais. Tudo isto faz com que, como refere ainda CHAMBOREDON (s.d.) a paisagem rural e os habitantes rurais se constituam como *“objectos de apropriação estética”* que é necessário preservar.

A identificação (por parte de urbanos sobretudo e também do Estado) do mundo rural como “objecto estético” está intimamente relacionada como o crescimento económico, o aumento do nível e da qualidade de vida que ele proporcionou e ainda com o advento da sociedade de consumo. Estes aspectos conduzem a que *“os membros das sociedades industrializadas concebiam os espaços naturais e os espaços rurais que escaparam à agricultura mecanizada e à urbanização, como objectos de consumo, como espaços propiciadores de fugas ao seu quadro de vida quotidiano”* (PICON, 1992).

Aliado ao simbolismo cultural e moral de que o espaço rural se reveste, surge assim o seu *“simbolismo ambiental”* (BUTTEL e FLINN, 1992) fruto, como já se referiu, da crescente valorização e preocupação global com o ambiente. Esta valorização e preocupação crescentes conduziu, ao longo dos tempos, a uma mudança fundamental na forma como os espaços rurais são definidos e como são simbolizados e apreendidos. Mas as questões do ambiente emergem no seio das sociedades urbanas, nas grandes cidades e nas regiões mais industrializadas. Como refere MORMONT (1994), *“na sua dinâmica original (estas questões) não são rurais, não são colocadas pelas populações rurais a propósito do seu quadro de vida ou do seu modo de desenvolvimento. Mas, cada vez mais elas dizem respeito ao espaço rural e orientam as políticas públicas que condicionam o desenvolvimento rural. Este paradoxo é uma chave fundamental na leitura da relação entre ambiente e desenvolvimento rural, dos conflitos e também das oportunidades que aquela relação origina”*. Estas questões têm como reflexo a necessidade socialmente sentida de preservar o ambiente (rural e não rural), necessidade que se traduz na crescente procura social de bens relacionados com o ambiente e com a natureza.^[3] Essa procura não é, no entanto, homogénea e o consumo posterior desses bens ambientais é igualmente diversificado, de acordo com as classes sociais, os locais de residência, os níveis de escolaridade, entre outros factores.^[4]

Ambiente rural: diferentes procuras... diferentes consumos

À crescente procura e conseqüente consumo do mundo rural como espaço natural, está subjacente segundo MATHIEU e JOLLIVET (1989) o estabelecimento frequente do paralelismo *“o ambiente é a natureza e a natureza é o campo”*. Este paralelismo é, segundo os autores, uma equação cidadina bastante usual mas não exacta. E isto porque o ambiente não é apenas — e sem dúvida não é prioritariamente — os campos, os bosques, as ribeiras, enfim, tudo o que é entendido como “paisagem rural”... o ambiente são igualmente as florestas tropicais, os oceanos ou a atmosfera. Por outro lado, a natureza rural é *“bem menos natural do que aparenta”* (MATHIEU e JOLLIVET, 1989). Para além da natureza rural não ser toda a natureza, ela não diz apenas respeito aos rurais. Existe, como já referimos antes, um outro olhar sobre a natureza rural que se tem, inclusivamente, revelado, mais importante do que o seu: o olhar dos urbanos e também o olhar do Estado. Este duplo olhar exterior é, como salientam ainda MATHIEU e JOLLIVET (1989) aquilo que verdadeiramente tem instituído o rural como natureza, como amenidade, como ambiente a preservar.

Este último aspecto é, aliás, reconhecido institucionalmente e generalizadamente. Exemplo disto é o que é referido num relatório recente da OCDE — *“A atenção aos recursos naturais e ao ambiente natural constitui um importante objectivo para as áreas rurais remotas. Elas são, entre outras coisas, uma reserva natural e fornecem uma margem de segurança para os efeitos desconhecidos das actividades humanas (...). Preservar e manter os aspectos naturais pode ser uma actividade-chave em muitas áreas rurais a longo prazo. Mais, o público está crescentemente interessado em identificar e salvaguardar o ambiente, esteticamente e por outros factores, nas áreas remotas, mesmo naquelas com pouco valor de mercado e pouca visibilidade nacional....”* (OCDE, 1993).

Há, portanto, interesse público e institucional em salvaguardar a natureza e a paisagem rural. É curioso salientar aqui a transformação do conceito de paisagem e natureza ao longo dos tempos. No século XVI a paisagem era *“parte de uma região que a natureza apresenta ao observador”*, no século XVII era um *“quadro representando a natureza, onde as figuras dos homens, animais e construções não são mais do que acessórios”* (LIZET, 1991). Actualmente a noção de paisagem e de natureza pressupõe o elemento natural mas também o elemento humano. Assim a paisagem *“resulta (e é valorizada por) de uma estetização de um lugar, da lógica social que o organiza e que sintetiza a ideia de região feita da experiência sensível, de vivência quotidiana e comunitária, num território trabalhado material e simbolicamente”* (LIZET, 1991).

Entendidos assim, os conceitos de paisagem e de natureza identificam-se prioritariamente com o mundo rural e este é cada vez mais encarado como a última reserva de qualidade ambiental. Em oposição à cidade, surgem, nas representações dominantes as sociedades rurais marginalizadas já que a natureza se entende não apenas como espaço natural, mas constituída *“também pelas relações mais arcaicas entre os Homens e o meio”* (PICON, 1992). Por outro lado, a degradação dos meios urbanos e industrializados ou do ambiente global, confere às regiões rurais novos valores. *“o facto da qualidade da paisagem rural ser crescentemente valorizada por largas faixas de cidadãos ou consumidores (...) activa novas redes de interdependência com a sociedade englobante. Numa palavra, a sociedade urbana moderna redescobre, a partir do carácter limitado dos recursos, as funções ecológicas que o espaço rural assegura”* (MORMONT, 1994).

Para os rurais, o ambiente, a natureza que os rodeia faz quotidianamente parte das suas condições de vida, é encarado mais como recurso do que como *“objecto estético”*, como elo de ligação Homem-Natureza. Este elo é para os rurais (e particularmente para os agricultores) um dado adquirido nas suas atitudes e práticas diárias. O ambiente assume para grande parte dos habitantes rurais um estatuto de vulgaridade, já que resulta e está presente da/na vivência quotidiana e nas inter-relações que são estabelecidas com os outros e com o espaço (v.g. SAUTTER, 1991). Este estatuto de *“elemento vulgar”* que o ambiente e a paisagem têm entre os rurais conduz a um automatismo nas condutas que, uma vez adquirido, tende a fazer esquecer esse elemento, a remetê-lo para o inconsciente.

Existe, assim, uma diferença não negligenciável na forma como é qualificado o ambiente rural por rurais, urbanos e pelo Estado. Dissemos já que o olhar (leia-se também, os interesses, as necessidades) dos urbanos e do Estado sobre o ambiente rural tem sido mais importante do que o dos próprios rurais. Isto pode ser, por exemplo, visível através da análise da instituição de Áreas Protegidas em que a protecção implica quase sempre restrições aos usos habituais do território e dos recursos naturais pela população e é encarada como estando sobretudo ao serviço de *“um Homem traumatizado pela artificialização do seu quadro de vida”* (PICON, 1992), o Homem urbano. Por outro lado, a população dentro da área protegida não é vulgarmente informada e consultada (apenas em momentos pontuais e pouco importantes para a instituição e para o ordenamento da área) quanto ao carácter restritivo de algumas medidas e quanto à sua razão de ser. À natureza *“vulgar”*, de todos os dias, os rurais vêm assim cada vez mais substituir-se a *“natureza regulamentada”* ou *“institucionalizada”*.

Nos últimos anos alguns estudos tentaram examinar os efeitos do local de residência (rural e urbana)

em termos de preocupação com a qualidade do ambiente.^[5] Tais estudos demonstram que, em geral, os residentes urbanos estão mais preocupados do que os residentes rurais com a protecção e preservação do ambiente rural e com a sua qualidade. Isto pode ser em parte explicado pelo facto de os residentes urbanos estarem *“mais expostos a problemas ambientais mais sérios, já que alguns desses problemas se intensificam com a densificação da população (v.g. a poluição atmosférica, o ruído, a poluição das águas, etc.)”* (DUNLAP e TREMBLÁY Jr., 1978). Por outro lado, factores como a ausência de espaços verdes nas cidades e o conseqüente menor contacto com elementos da natureza, também parecem dar um contributo importante para a dicotomia observada entre rurais e urbanos neste domínio.

Outros estudos concluem que existem igualmente diferenças não negligenciáveis entre rurais

agricultores e rurais não agricultores^[6]. Assim, os primeiros parecem demonstrar menores preocupações com a preservação do ambiente e com a sua qualidade do que os segundos. Isto poderá ser explicado por aspectos como a maior e mais particular relação dos primeiros à terra, aos factores e elementos naturais, dos quais depende a sua actividade.

Outro argumento frequente na explicação das diferenças de atitudes é o de que os residentes rurais (uma vez mais sobretudo os agricultores) desenvolvem atitudes de carácter *“utilitarista”* em relação ao ambiente e são essas atitudes (que decorrem da sua particular relação com a natureza) que fazem com que demonstrem menores preocupações com a qualidade do ambiente que os rodeia. Os residentes urbanos (e alguns residentes rurais não ligados à actividade agrícola), por seu lado, têm atitudes de carácter mais *“estético”* e *“apreciativo”* relativamente ao ambiente rural. Parece então que, para além do local de residência, existe uma relação estreita entre tipo de ocupação profissional

e atitudes face ao ambiente e que são sobretudo os indivíduos com ocupações cuja base é a exploração quotidiana da natureza e dos recursos naturais que têm a preservação e a protecção do ambiente em menor consideração. Assume-se que os indivíduos com tais ocupações acreditam que *“a natureza é para ser utilizada e não apenas apreciada”* (DUNLAP e TREMBLAY Jr., 1978), facto que é confirmado por estudos levados a cabo nos EUA. [7] A perspectiva “anti-utilitarista” dos urbanos face ao ambiente rural tende, como refere MORMONT (1994) a *“sacralizar partes da natureza (...)”*. *Esta perspectiva é estranha às relações que os rurais mantêm com o seu território que é para eles, antes de tudo, um recurso, um meio difícil e por vezes hostil, do qual depende a sua vida e a sua sobrevivência”*.

Em Portugal, a relação entre local de residência rural/urbano, tipo de ocupação profissional (actividades ligadas à exploração da natureza *versus* outras) e atitudes e comportamentos face ao ambiente ainda não está estudada, mas algumas evidências empíricas parecem querer demonstrar que a situação não é muito diferente da observada em outros países.

Significará isto que em Portugal podemos observar uma crescente valorização e preocupação da/com a qualidade do ambiente por parte dos indivíduos de origem urbana e uma menor atenção face à protecção do ambiente por parte dos rurais, particularmente dos agricultores?

A resposta não é linear, dado que Portugal é um país com fortíssimos traços rurais, em que mais de metade da sua população é rural ou tem origem e mantém ainda ligações frequentes e fortes no espaço rural.

Em Portugal é possível confirmar parcialmente que os habitantes rurais revelam uma menor sensibilidade para os problemas ambientais, indiciando que existe, no nosso país uma correlação entre percepção dos problemas ambientais/preocupação com o ambiente e tipo de *“habitat”*.

[8] Observamos, então, que em Portugal *“a sensibilidade ambiental cresce com a densificação”* (PNPA, 1994) e que *“tendencialmente, o grau de preocupação ambiental aumenta com os estratos sociais mais elevados e também com os escalões etários mais baixos, crescendo ainda com a complexificação urbana — os habitantes das cidades portuguesas revelam não só maiores preocupações gerais com o ambiente, como atribuem a pior classificação aos seus ambientes locais”* (MANSINHO e SCHMIDT, 1994).

Os urbanos em Portugal consideram geralmente má a qualidade do ambiente em que vivem e salientam problemas relacionados com a poluição atmosférica e a falta de espaços verdes, enquanto os habitantes rurais não consideram má a qualidade do seu ambiente e salientam como principais preocupações, problemas de carácter infra-estrutural como a insuficiência das redes de saneamento básico e os sistemas de recolha do lixo. Estamos, pois, perante níveis de preocupação e percepção bastante diversos que, sem dúvida, se relacionam de forma íntima com as condições de vida e níveis de desenvolvimento dos espaços rurais e urbanos.

Curiosamente, rurais e urbanos em Portugal, apresentam níveis de preocupação muito próximos no que se refere ao ambiente global (v.g. preocupações manifestadas como a degradação das florestas

tropicais, com a destruição da camada de ozono, com o efeito de estufa...). [9] Esta descoincidência rural/urbano na percepção do ambiente local/ambiente global pode ser, em parte, explicada pela mediatização crescente dos problemas ambientais. Efectivamente, os “media” tendem a veicular um discurso catastrófico e negativo em relação à degradação do ambiente a nível global, discurso que é difundido (embora não necessariamente apreendido) da mesma forma entre rurais e urbanos e que parece contribuir para uma maior e mais geral percepção dos problemas ambientais.

Assim, observamos muitas vezes que embora os agentes rurais, ao nível do discurso, identifiquem como tarefa importante a preservação e a protecção do ambiente, não identificam geralmente a sua área de residência como ambientalmente problemática, i.e. como área a preservar e a proteger, assim como também não identificam as suas práticas como ambientalmente nocivas.

Isto acontece porque para os rurais, como se disse anteriormente, a natureza é o quotidiano, é em grande parte também o suporte das suas actividades e da sua existência. A protecção e preservação significa para muitos rurais (para os agricultores em particular) deixar de produzir e para muitos deles a terra, a natureza, o ambiente são para ser utilizados, trabalhados. Neste sentido, o lugar comum actual que postula a necessidade de preservar o património cultural e ambiental para as gerações futuras é um argumento que parece não significar muito para as gerações (rurais) presentes. Assim a noção de preservar e proteger em nome do “bem comum” é uma noção estranha para os rurais.

Conclusão. rurais, urbanos e ambiente: novas dicotomias?

Do que se disse anteriormente, face às diferentes necessidades de consumo (de rurais, urbanos e do Estado) do ambiente rural impõe-se aparentemente responder a uma questão — queremos o rural e

a natureza ou optaremos antes entre o rural e a natureza? (p. ex. MICAUD, 1989). Esta questão é particularmente relevante já que é sobretudo nos últimos termos — o rural ou a natureza — que muitos rurais (sobretudo os agricultores) encaram a procura crescente do seu espaço de vida. Num quadro como o que se acabou de descrever — em que a natureza/ambiente é um bem crescentemente valorizado e sobre o qual recai uma cada vez maior procura social (e económica), um cada vez maior e massivo consumo por parte dos urbanos; em que o rural personifica o “natural”, em que os rurais parecem não possuir sensibilidade ambiental para o que imediatamente os rodeia e demonstram uma mais ou menos acentuada incompreensão face às necessidades exteriormente sentidas de protecção e preservação do seu espaço de residência e trabalho — parece-

nos estar perante o surgimento de uma nova dicotomia entre rural e urbano. ^[10] Esta dicotomia é essencialmente uma dicotomia que opõe necessidades/interesses/valores/representações de rurais e de urbanos face ao ambiente rural.

Estes aspectos são susceptíveis de provocar conflitos de vária ordem entre rurais, entre rurais e urbanos, entre rurais, urbanos e o Estado, dado que todos eles apresentam interesses e necessidades específicas que desejam ver salvaguardadas e dado que todos eles possuem representações e atitudes bastante diversas relativamente à necessidade de protecção e gestão do ambiente das áreas rurais.

Efectivamente, trata-se de um quadro complexo, um campo difícil para a obtenção de consenso quanto à importância do ambiente rural, a sua protecção e a sua gestão.

Os agricultores e os rurais em geral detêm determinados interesses. A natureza e o ambiente constituem para eles a base imprescindível da sua produção, dos seus rendimentos e da sua própria organização social. Têm interesse em desenvolver-se e não e, “*embalsamar-se*” como “*bonecos animados*” num museu real. Parecem temer, em suma, que protecção signifique estagnação

e inviabilização do desenvolvimento. ^[11] Possuem do ambiente uma visão mais instrumental e operacional — a natureza é valorizada enquanto utensílio e base de trabalho, é uma natureza “vívda”.

Os urbanos ou utentes não rurais (os “*utentes secundários*” como lhes chama CADORET, 1989) encaram o ambiente rural como uma paisagem a conservar e um modo de vida a preservar e a proteger, encaram o mundo rural e o seu património como uma herança que é necessário não delapidar. Como já referimos anteriormente, estes “utentes secundários” procuram nas áreas rurais o tradicional e o autêntico — procuram a natureza “desejada”. Ora, aspectos como tradição, “folclore” e autenticidade são, muitas vezes, encarados pelos habitantes rurais como incompatíveis como a sua noção de desenvolvimento.

O Estado (também e quase por definição, urbano) — para o qual a natureza é um lugar de conflitos que é necessário gerir, tendo em conta os interesses e as forças de cada um dos agentes e utentes do ambiente rural — acaba por definir uma natureza “institucionalizada que é, quase sempre e necessariamente diferente da natureza “vívda” pelos rurais e da natureza “desejada” pelos urbanos. Há, assim, “uma diversidade de relações com a natureza e com o campo, que frequentemente são relações de concorrência ou de competição entre os vários usos, as várias representações do ambiente. O espaço rural torna-se palco da competição entre os diferentes usos da natureza, cada um deles decorrendo de uma “cultura da natureza”, de percepções e de preferências culturalmente marcadas” (MORMONT, 1994).

Parece que estamos, assim, no centro de um campo aberto à reflexão sobre todas estas questões e, muito particularmente, sobre as consequências para as áreas rurais e para o ambiente rural da

crescente valorização social de que são alvo. ^[12]

Aparentemente, como se disse, todas estas questões conduzirão a uma dicotomia rural/urbano quanto ao ambiente rural, a sua protecção e a sua gestão. Aparentemente, como também já foi referido, o olhar (e o poder!) externo sobre o ambiente rural tem tido maior importância do que o olhar (e o poder) dos próprios rurais. Conduzirão estas aparências (e outras que se mencionaram) a uma nova “submissão” e integração selectivas do rural aos/nos modelos de desenvolvimento dominantes, agora assentes na protecção dos recursos naturais a qualquer preço, mesmo do sacrifício da voz e das vontades das populações rurais? Como refere LIZET (1991), “*nestas questões, o ponto de vista do habitante não é considerado. O modelo técnico-científico dominante que “folcloriza” as culturas locais, segundo mecanismos patrimoniais e museográficos, põe em prática, nos dois casos, a celebração de uma “evanescente identidade nacional” — uma identidade por procuração*”.

Para finalizar, gostaríamos de chamar a atenção para a necessidade de reflexão sobre a questão da legitimidade de reduzir ao “folclore” e à perpetuação das tradições do passado determinadas áreas rurais e a questão dos procedimentos a adoptar para não “prender” o mundo rural e o seu ambiente numa série de regulamentações, impostas e desejadas por outros, que parecem não ter qualquer sentido para os principais construtores e animadores desse mundo e desse ambiente.

Referências Bibliográficas

- BUTTEL, F.H. e FLINN, W.L. (1977) "Conceptions of Rural Life and Environmental Concern" in RURAL SOCIOLOGY, Vol. 42, nº 4
- BUTTEL, F.H. e FLINN, W.L. (1992) "Environmentalization:Origins, Processes and Implications for Rural Social Change" in RURAL SOCIOLOGY, Vol. 57, nº 1
- CADORET, A. (1989)"Gérer la Nature, le Rural et le Reste: Réflexions à Plusieurs Voix" in MATHIEU, N. e JOLLIVET, M. DU RURAL À L'ENVIRONNEMENT - LA QUESTION DE LA NATURE AUJOURD'HUI, Paris, L'Harmattan
- CCE (1988) "The Future of Rural Society" in BULLETIN OF THE EUROPEAN COMMUNITIES,4/88, Bruxelas
- CCE - DG XI (1992) EUROPEANS AND THE ENVIRONMENT, INRA /ECO
- CHAMBOREDON, J.C. (s.d.) "Les usages Urbains de l'Espace rural: Du Moyen de Production au Lieu de Recreation" in REVUE FRANÇAISE DE SOCIOLOGIE (...)
- DUNLAP, R.E. e TREMBLAY Jr, K.R. (1978) " Rural Urban Residence and Concern with Environmental Quality - A Replication and Extension" in RURAL SOCIOLOGY, Vol. 43, nº 3
- DUNLAP, R.E. e JONES, E. (1992) "The Social Bases of Environmental Concern: Have they Changed over time?" in RURAL SOCIOLOGY, vol. 57, nº1
- DUNLAP, R.E. (1995) "Public Opinion and Environmental Policy" in LESTER, J.P. (Ed.) ENVIRONMENTAL POLITICS AND POLICY - THEORIES AND EVIDENCE, London, Duke University Press, (2nd Edition)
- FABIANI, J.L. (1989) "La Nature, L'Action Publique et la Regulation Sociale" in MATHIEU, N. e JOLLIVET, M. DU RURAL À L'ENVIRONNEMENT - LA QUESTION DE LA NATURE AUJOURD'HUI, Paris, L'Harmattan
- FIGUEIREDO, E. e ROSA PIRES, A. (1992) "O Desenvolvimento Rural e a Questão Ambiental" in ACTAS DA III CONFERÊNCIA NACIONAL SOBRE A QUALIDADE DO AMBIENTE, Aveiro, DAO-Universidade de Aveiro
- FIGUEIREDO, E. (1993) O DESENVOLVIMENTO RURAL EM QUESTÃO: DAS NOVAS CONDIÇÕES ÀS NOVAS POLÍTICAS, Departamento de Ambiente e Ordenamento, Universidade de Aveiro
- FIGUEIREDO, E. (1994) "O Espaço Rural em Questão: Contributos para uma Reflexão em torno do Conceito de Ruralidade" in RURÁLIA, nº3
- FIGUEIREDO, E. (1995a) "Uma Visão Global sobre o Desenvolvimento Rural" III ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Porto
- FIGUEIREDO, E. (1995b) "Porquê Sensibilizar o Mundo Rural para a Protecção do Ambiente?", comunicação por convite apresentada ao Colóqui AGRICULTURA E AMBIENTE - O FUTURO., Coimbra, DRARN/CCRC
- GODARD, O. (1989) "Jeux de Natures: Quand le Debat sur l'Efficacité des Politiques Publiques Contient la Question de Leur Légitimité" in MATHIEU, N. e JOLLIVET, M. (Org.) DU RURAL À L'ENVIRONNEMENT - LA QUESTION DE LA NATURE AUJOURD'HUI, Paris, ARF Editions/l'Harmattan
- GREER, J.V. (1991) "The Rural Environment: Asset or Constraint?" in FIRST INTERNATIONAL SCHOOL OF RURAL DEVELOPMENT, U.C.G., Galway
- GREIDER, T. e GARKOVICH, L. (1994) "Landscapes: The Social Construction of Nature and the Environment" in RURAL SOCIOLOGY, Vol. 59, nº 1
- LIZET, B. (1991) "De la Campagne à la 'Nature Ordinaire' - Génie Ecologique, Paysages et traditions Paysannes" in ÉTUDES RURALES, nº 121-124
- LOWE, G.D. e PINHEY,T.K. (1982) "Rural Urban Differences in Support for Environmental Protection" in RURAL SOCIOLOGY, vol. 47, nº1
- LUGINBUHL, Y. (1989) "Le Rural pour Repenser la Nature" in MATHIEU, N. e JOLLIVET, M. DU RURAL À L'ENVIRONNEMENT - LA QUESTION DE LA NATURE AUJOURD'HUI, Paris, L'Harmattan
- MANSINHO, M.I. e SCMDT, L. (1994) "A Emergência do Ambiente nas Ciências Sociais - Análise de um Inventário Bibliográfico" in ANÁLISE SOCIAL, Vol., nº
- MARN (1994) PLANO NACIONAL DE POLÍTICA DO AMBIENTE (versão preliminar), Lisboa, MARN
- MATHIEU, N. e JOLLIVET, M. (1989) "De La Question de la Nature à la Question de l'Environnement" in MATHIEU, N. e JOLLIVET, M. DU RURAL À L'ENVIRONNEMENT - LA QUESTION DE LA NATURE AUJOURD'HUI, Paris, L'Harmattan
- McBETH, M. e FOSTER, R.H. (1994) "Rural Environmental Attitudes" in ENVIRONMENTAL MANAGEMENT, Vol. 18, nº3
- MICAUD, A. (1989) "La Forêt qui Cache les Arbres:Represenattions Sociales et Development dans le Parc du Pilat" in MATHIEU, N. e JOLLIVET, M. DU RURAL À L'ENVIRONNEMENT - LA QUESTION DE LA NATURE AUJOURD'HUI, Paris, L'Harmattan
- MORMONT, M. (1994) "La Place de l'Environnement dans les Strategies de Development Rural en Europe" in CEDRE - TERRITOIRES D'EUROPE - VOL. II - ELEMENTS FONCTIONNELS DE STRATEGIES REGIONALES EN FAVEUR DU MONDE RURAL, Junta de Castilla y Leon/FEDER

O'CONNIDE, M. (1991) "*Rural Development: A Synthesis*" in FIRST INTERNATIONAL SCHOOL OF RURAL DEVELOPMENT, U.C.G., Galway

OCDE (1993) WHAT FUTURE FOR OUR COUNTRYSIDE? - A RURAL DEVELOPMENT POLICY, Paris, OCDE

PICON, B. (1992) "*Le Citoyen, le Savant, le Journaliste et le Politique*" in JOLLIVET, M. (Dir.) SCIENCES DE LA NATURE, SCIENCES DE LA SOCIÉTÉ - LES PASSEURS DE FRONTIÈRES, Paris, CNRS Editions

SAUTER, G. (1991) "*Paysagismes*" in ÉTUDES RURALES, nº 121-124

THIEBAUT, L. (1989) "*Une Demande en Quête d'Acteurs: La Demande Sociale des Biens de Nature*" in MATHIEU, N. e JOLLIVET, M. (Org.) DU RURAL À L'ENVIRONNEMENT - LA QUESTION DE LA NATURE AUJOURD'HUI, Paris, ARF Editions/L'Harmattan

WILLIAMS, J.A. e MOORE, H.A. (1991) "*The Rural Urban Continuum and Environmental Concern*" in GREAT PLAINS RESEARCH, nº1

*
- Socióloga. Assistente no Departamento de Ambiente e Ordenamento — Universidade de Aveiro. Tel. 34.370200. Fax. 34.29290. E-Mail: Elisa@dao.ua.pt.

[1] Em grande parte das áreas rurais que hoje se consideram mais representativas da 'herança cultural e natural' a preservar, a função de produtor de alimentos e/ou matérias-primas é uma função irrelevante, dadas as perdas a nível económico e social observadas em termos de actividade agrícola.

[2] Em Portugal sobretudo.

[3] A respeito da procura social de bens da natureza ver, entre outros, THIEBAUT (1989).

[4] A propósito dos factores que são apontados como responsáveis por uma procura e um consumo diferenciados de bens ambientais e de percepções diversas da qualidade ambiental, ver por exemplo GODARD (1989), DUNLAP e JONES (1992), DUNLAP (1995)

[5] Ver, entre outros, BUTTEL e FLINN, (1977); DUNLAP e TEMBLAY Jr., (1978); LOWE e PINHEY (1982); WILLIAMS e MOORE, (1991) e McBETH e FOSTER, (1994)

[6] Existindo também diferenças importantes entre agricultores proprietários e não proprietários de explorações agrícolas. A este respeito ver, por exemplo, WILLIAMS e MOORE, (1991).

[7] Alguns desses estudos demonstraram também que a análise dos efeitos residência/ocupação profissional/maior ou menor exposição a problemas ambientais, sobre o nível de preocupação com o ambiente, não é suficiente. Estes estudos salientam que a análise mais interessante será aquela que integre mais factores, i.e. uma análise multidimensional (p. ex. WILLIAMS e MOORE, 1991).

[8] Tendo por base dados do Euróbarómetro - CCE (1992) EUROPEANS AND THE ENVIRONMENT, INRA, ECO.

[9] Idem, ibidem.

[10] De facto, embora não tenhamos explorado aqui esta dimensão, é impossível negar que o 'ambiente faz vender' — para compreender isto é suficiente pensar na proliferação de anúncios publicitários em que o ambiente (e muitas vezes o ambiente simbolizado como 'paisagem rural') é utilizado como 'técnica de marketing': como cenário ou salientando-se as características de 'amigos do ambiente' de certos produtos. O ambiente ou o 'natural' são utilizados para vender uma série cada vez maior de produtos — um destino de férias, um detergente, um automóvel e até a imagem de um candidato político.

[11] A noção de desenvolvimento possui, evidentemente, significados muito diversos consoante os meios sociais e culturais.

[12] Algumas referências importantes para esta reflexão são: CADORET,(1989); FABIANI (1989); LUGINBUHL (1989); GREER (1991); GREIDER E GARKOVITCH,(1994), entre outros.